

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

18/01/05

João Bosco Motal



Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>162</u>
Classificação <u>0501.03/</u>
Data <u>0501.17</u>

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. João Bosco Motal

Requerimento nº 499/IX (3ª) - AC
de 17 de Janeiro de 2005

Assunto: As decisões do Governo PSD/PP em relação à administração da Empresa Pública Estradas de Portugal.

Apresentado por: Deputados José Magalhães e António Galamba (PS)

Em matéria de nomeação de pessoas para cargos públicos, o momento eleitoral exige de todos os membros do Governo especial contenção e respeito pela lei.

Suscitam por isso especial polémica as nomeações injustificáveis, à pressa, para a nova empresa pública Estradas de Portugal.

Contrariando desmentidos veiculados através do Gabinete do Ministro António Mexia face a alertas anteriores, vive-se hoje uma situação anómala. (1) uma nova Administração tomou assento nas instalações da empresa Estradas de Portugal desde o início de Janeiro, sem que conheça acto de nomeação e tomada de posse (que aliás não podem ocorrer por o Governo demitido não dispor de poderes para tal); (2) o anterior Presidente do Instituto de Estradas de Portugal abandonou as funções de gestão corrente - em que por lei deveria manter-se - devido a ter sido nomeado pelo Conselho de Ministros gestor da intervenção operacional de acessibilidade e transportes do QCAIII. Para tudo ser mais estranho ainda, no comunicado do CM em que alegadamente foi nomeado este gestor, não há qualquer alusão a tal nomeação, pondo em dúvida a certeza da data invocada...

Importa que o Governo explique como puderam gerar-se anomalias desta gravidade

Face ao exposto, nos termos regimentais e constitucionais, requere-se ao PRIMEIRO MINISTRO a prestação de informação urgente e circunstanciada sobre as decisões que tomou em relação à administração da Empresa Pública Estradas de Portugal.

Os Deputados

05.01.17
João Magalhães
António Galamba

